

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I – Aspectos Gerais Acerca da Colaboração (Delação)	
Premiada na Lei de Organizações Criminosas.....	5
1.1 Breve histórico da colaboração premiada	5
1.2 Conceito de colaboração premiada e a problemática terminológica.....	10
1.3 Natureza jurídica da colaboração premiada.....	15
1.4 Dos requisitos de admissibilidade.....	19
1.5 Dos prêmios ofertados.....	24
1.5.1 Quanto à vinculação do Estado-Juiz ao acordo de colaboração premiada	30
1.6 Legitimados para a celebração do acordo	35
1.7 Tratativas ou “pacto preliminar”	41
1.7.1 (Im) possibilidade de retratação da proposta.....	52
1.7.2 Da possibilidade de gravação audiovisual das tratativas: argumentos favoráveis à adoção da medida e a importante alteração introduzida pela Lei nº 13.964, de 2019 – o intitulado “Pacote Anticrime”	54
1.8 Celebração do acordo (formalização).....	59
1.9 A homologação do acordo e a postura do magistrado.....	60
1.10 Valor probatório da colaboração premiada e a regra da corroboração: uma alteração salutar, implementada pela Lei n.º 13.964/2019.....	69
1.10.1 Sobre a (im) possibilidade de emprego de colaboração premiada como fundamento para decretação de medidas cautelares e recebimento de denúncia: a importância da doutrina e seu influxo no poder legiferante	74

1.10.2 Delação premiada cruzada (corroboração cruzada) e seu valor probatório	80
1.11 Direitos do colaborador	83
Capítulo II – Pontos Controversos após o Advento da Lei de Organizações Criminosas – Lei Federal n.º 12.850, de 2013	89
2.1 A (im)possibilidade de emprego da prisão cautelar como meio de coerção para a celebração de acordo de colaboração premiada e a presunção da (in)voluntariedade: um problema não resolvido pelo “Pacote Anticrime”	89
2.2 Da desomologação do acordo de delação já homologado – (im)possibilidade?	99
2.3 A homologação do acordo de colaboração premiada como causa (i)legal de (pré)julgamento	102
2.4 A possibilidade da colaboração premiada unilateral	111
2.5 Da possibilidade de extensão dos prêmios da colaboração às ações de improbidade administrativa	121
2.6 A (im)possibilidade de impugnação de acordo de colaboração premiada por terceiros: uma breve distinção entre impugnação e direito ao confronto sob a ótica dos tribunais superiores	125
2.7. Os “delatados” falam por último: a problemática da apresentação de memoriais por delatores e delatados e a observância do direito ao confronto – apontamentos sobre a postura do Supremo Tribunal Federal no julgamento do agravo interposto na ordem de habeas corpus n.º 157.627 e a solução trazida pelo pacote anticrime	134
2.8 Os limites da defesa na colaboração premiada	148
2.9.1 A problemática da delação em relação aos delatados	149
2.9.2 Os limites da defesa do colaborador no processo penal negocial	152

2.8.2.1 Confissão de fatos ilícitos: a irrisignação quanto à subsunção ministerial.....	154
2.8.2.2 Sobre a (in)questionabilidade das cláusulas contratuais: breves apontamentos a partir da teoria geral dos contratos	157
2.8.3 Conclusão	163
2.9 Colaboração premiada: uma tentativa de implantação do sinalagma contratual na justiça penal negociada por meio do “discovery” (conhecimento das provas/informações).....	164
2.9.1 Da ausência de regulamentação procedimental: superioridade hierárquica da parte estatal e a hipossuficiência do colaborador.....	164
2.9.2 A implantação do método do “discovery”, adotado nos acordos dos Estados Unidos da América, como meio de mitigação de prejuízos e efetivação da boa-fé objetiva nos pactos premiais	169
2.9.3 Considerações finais.....	174
2.10 Colaboração premiada e compartilhamento de provas: limites e vinculações.....	175
2.11 O “Pacote Anticrime” e seus impactos na colaboração premiada: síntese e primeiras impressões	181
Considerações Finais	193

Jurisprudência Seleccionada

3. Jurisprudência Seleccionada.....	197
3.5 Jurisprudência seleccionada do Supremo Tribunal Federal	197
3.5.1 Cabimento de HC em face de decisão de Ministro do STF e colaboração premiada - 1.....	197
3.5.2 Cabimento de HC em face de decisão de Ministro do STF e colaboração premiada - 2.....	198

3.5.3 Cabimento de HC em face de decisão de Ministro do STF e colaboração premiada - 3.....	199
3.5.4 Sigilo no acordo de colaboração premiada	201
3.5.5 Tema de repercussão geral 1.043 [ARE 1175650] – A utilização da colaboração premiada no âmbito civil.....	206
3.5.6 Legitimidade do delegado de polícia para conduzir acordos de colaboração premiada	215
3.5.7 A colaboração premiada como instrumento de obtenção de dados e subsídios informativos	234
3.5.8 Pedido de homologação de acordo de colaboração premiada...	251
3.5.9 Descumprimento de acordo de colaboração premiada.....	273
3.6 Jurisprudência selecionada do Superior Tribunal de Justiça	281
3.6.1 Colaborações premiadas firmadas na fase preliminar.....	281
3.6.2 Negativa de participação do acusado no interrogatório do corréu que o delata	290
Referências Bibliográficas	303

Anexos

4. Anexos	321
4.5 Lei nº 12.850, De 2 de agosto de 2013 (redação anterior às modificações introduzidas pela lei n.º 13.964/2019, Intitulada de “pacote anticrime”).....	321
4.6 Lei n.º 13.964/2019 - Pacote anticrime (dispositivos relacionados ao instituto da colaboração premiada)	332
4.7 Lei nº 9.807, De 13 de julho de 1999	336